

# **EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS: DADOS DO CEJA JACÓ ANDERLE DE LAGES/SC**

**Carla Patrícia de Souza Cardoso<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

Este artigo tem a pretensão de obter informações que possam determinar as possíveis causas de evasão escolar no Centro de Educação de Jovens e Adultos Jacó Anderle de Lages, SC, o número de alunos que frequentam a escola é considerável; em média 1500 alunos, incluídos aqueles que estão em cidades do interior, mas que todos que se afastam da escola são motivados pelos mais diversos fatores como gênero, profissional e familiar. Dos resultados obtidos pelo questionário que compreende alunos, em sua maioria, com idade entre 18 e 21 anos, e dos professores pesquisados, percebe-se que as causas do afastamento desses indivíduos da escola é a falta de valorização do conhecimento científico ou, em segundo plano o que pode influenciar no seu desenvolvimento como cidadão norteador de uma perspectiva de vida favorável e justa.

**Palavras-chave:** Educação. Evasão escolar. EJA/PROEJA.

---

<sup>1</sup> Professora da rede estadual de Santa Catarina. Formada em Ciências de 1º grau, licenciatura curta. Curso de licenciatura de Química com habilitação em Física área de ciências. Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA pelo IFSC, polo Lages.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é propiciar a reflexão sinalizando uma prática pedagógica capaz de diminuir o número de educandos evadidos da EJA direcionado ao Centro de Educação de Jovens e Adultos Jacó Anderle de Lages/SC, uma instituição pública estadual que procura promover e condicionar a educação como fonte de desenvolvimento do indivíduo que dela faz parte. Essa preocupação surge da experiência de trabalho na referida escola que é composta por aproximadamente 1500 alunos, oferecendo turmas desde o ensino fundamental, com séries iniciais até as finais, também como no ensino médio.

Os alunos do CEJA Jacó Anderle apresentam a necessidade de concluir seus estudos em nível de ensino médio, mas têm priorizado, em sua maioria, fatores que condicionam sua vida fora da escola, pois já existem em suas vidas outras preocupações além de sua formação intelectual, assim como a falta de clareza da necessidade desta, bem como dos seus direitos, que podem proporcionar vantagens para o seu desenvolvimento como ser social.

As dificuldades enfrentadas pelo aluno trabalhador de permanecer na escola e da garantia da conclusão de um ensino básico são diversas e muitas vezes desconhecidas, e Gadotti (2013) relata que “Não podemos defender o direito à educação sem associá-lo aos outros direitos”, e a não permanência na escola faz com que o conhecimento de nossos direitos fiquem ocultados ou esquecidos.

A concorrência para a inclusão no mercado de trabalho exige do indivíduo uma formação escolar que o torne capaz de disputar os concorridos postos de trabalho, mas essa mesma formação para a concorrência poderá tornar-se uma emancipadora intelectual.

O mercado de trabalho exige formação acadêmica e profissional para o sujeito possa permanecer trabalhando. Ou seja, mais do que uma forma de condicionadora de opiniões, a educação escolar se tornou necessária tanto para o trabalho como para as outras dimensões da vida. Nesse sentido, concordando com Gadotti (2014, p. 13) que relata: “Sem acesso à cultura letrada, um indivíduo terá muito mais dificuldades hoje para exercer seus direitos de cidadania. Educar para um país sem miséria é educar, sobretudo, os que mais necessitam da Educação”. Creditamos valor à educação também para o desenvolvimento do indivíduo ao resgate de uma consciência crítica, autônoma e geradora de progresso.

## 1. A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação brasileira passa por transformações com a finalidade de estabelecer os direitos constitucionais de um povo que sofre uma contradição que é reflexo de políticas públicas educacionais descontínuas e insuficientes para o preparo dos indivíduos situados numa sociedade, à procura do cumprimento de leis já estabelecidas. Essas leis favorecem possibilidades para que o indivíduo social domine os recursos tanto científicos como também tecnológicos. Mas nosso aparato jurídico, que assegura a educação como um direito de todos e um dever do Estado, conforme atesta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação da educação Nacional – LDBEN, que diz, em seu artigo 2º, a garantia de que:

A educação, dever da família e do Estado inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, 1997, p.2).

Trata da garantia, e quanto ao cumprimento da mesma, apresenta diversos detalhes que acabam por impedir a efetivação para o bem estar comum à todos. Sendo assim, nem sempre as garantias proporcionadas por concepções políticas e leis que regem a educação contribuem para que o indivíduo da atual sociedade possa ter acesso à escola e êxito como consequência, em todas as modalidades de ensino.

A escola básica, por universalizar o atendimento ao indivíduo nela própria, torna também possível esse acesso, mas por motivos como a repetência e as poucas condições que busquem a permanência, como a prática pedagógica que reproduz a desigualdade dos indivíduos e as condições sociais regidas por um processo voltado ao capitalismo, torna privado o letramento e o conhecimento cultural que poderiam tornar esse indivíduo emancipado. Contudo, fica claro que o acesso é possibilitado, mas para que a permanência na escola aconteça, precisa de novas condições de planejamentos, pois apresentam dificuldades reais, entendendo que é na escola que as ideias fluem, baseadas nas características de desenvolvimento que a mesma pode ofertar.

Na educação brasileira, as ideias e as leis privilegiam e direcionam toda a sociedade para uma evolução a partir de uma iniciativa de mudança, mas essa evolução precisa ser intelectual, e assim poderá condicionar todo indivíduo, independente de gênero ou classe social, para uma satisfação na busca de uma perspectiva de vida positiva, acessível e contínua.

## **2. A EVASÃO ESCOLAR**

A evasão escolar ou a não permanência do sujeito da EJA na escola, muitas vezes não se caracteriza por problemas gerados na educação, mas sim, nas condições pessoais de vida que cada um apresenta, no reconhecimento de suas especificidades ou pouca clareza das oportunidades que podem ser geradas com a formação escolar na emancipação do sujeito perante toda a sociedade, conforme ressalta Gadotti (2014 p. 22): “Chamar esse aluno de ‘evadido’ sem entender suas causas é o mesmo que criminalizá-lo e culpá-lo por não ter tido acesso à Educação na chamada “idade própria”.

Para a evasão de alunos trabalhadores, os motivos e as características são próprias, pois existem diferentes níveis de aprendizagem dos alunos de mesma idade, como os da educação básica.

As instituições de ensino podem proporcionar através de cursos de formação superior voltados para a educação, maneiras que possam sanar as deficiências na educação como a evasão, e a integração entre a EJA e o PROEJA, visando solucionar, ou ao menos amenizar um pouco dessas deficiências, proporcionando a integração de disciplinas que fazem parte do currículo escolar, profissionalizando e emancipando o sujeito e direcionando-o à relações humanas positivas entre si e ao meio em que vive.

A partir do ano de 2001 surgiu um grande debate na sociedade brasileira em torno da educação como direito de todos e a necessidade de políticas que combatam a evasão escolar quando do estabelecimento do Plano Nacional de Educação – PNE. Diversas metas deixam evidentes a necessidade da universalização do atendimento escolar à toda população na educação básica.

Para atingir esta meta é necessário investir 10% do Produto Interno Bruto - PIB na educação, além de se retomar as lutas em defesa da escola pública, retomar a organização de um fórum coletivo que agregue diversos movimentos sociais, entre outras ações; que se reveja a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e se implemente um ideário de educação mais completa de jovens e adultos e trabalhadores.

O debate em torno da educação como direito e a necessidade de políticas que assegurem as crianças, jovens na escola se articula com o debate sobre as finalidades e as concepções da educação em geral, notadamente do ensino médio visto que as dificuldades neste campo são enormes. Ainda permanece como desafio a necessidade de se construir um projeto de ensino tanto formal como para a EJA/PROEJA que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus

objetivos do mercado de trabalho para as necessidades dos trabalhadores para que estes se sintam sujeitos e não venham a evadir-se novamente.

Notadamente em relação ao ensino médio e EJA/ é preciso que se defina sua identidade como última etapa da educação básica mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios e objetivos, desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem. Torna-se necessário a ampliação de suas finalidades – entre as quais se incluem a preparação para o exercício de profissões técnicas, a iniciação científica, a ampliação cultural, o aprofundamento de estudos.

Ainda relativo ao Plano Nacional da educação, é necessário muito esforço para se evitar a repetência e o abandono visto que no plano anterior o Brasil ficou muito longe de atingir esta meta, conforme atestam os dados:

Com prazo de execução até 2006, a meta tinha uma dupla ambição: melhorar o fluxo escolar (reduzindo a chamada distorção idade-série) e garantir a aprendizagem (evitando a progressão automática de alunos que não atingiram as expectativas para cada etapa). No que diz respeito ao abandono, os resultados são bons: entre 2001 e 2007, os índices no Ensino Fundamental caíram de 9,6 para 4,8% (exatos 50%). Mas a reprovação, por sua vez, aumentou de 11 para 12,1% no mesmo período, mantendo-se num patamar muito elevado em relação aos vizinhos de América Latina e Caribe, que ostentam índices em torno de 4%. A porcentagem de estudantes do Ensino Fundamental com idade acima da recomendada para a série que cursam caiu 35%, mas segue alta: 25,7% (um em cada quatro alunos), segundo dados de 2007 (NOVA ESCOLA, 2015).

O Atual plano de educação, mesmo que aquém do esperado tem propostas para fortalecer a EJA e, simultaneamente diminuir a evasão, incluindo jovens e adultos, assegurando a EJA para ao menos, 50% da população que não cursou o ensino regular e reduzir a repetência e o abandono escolar.

### **3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA NO CEJA JACÓ ANDERLE DE LAGES**

O estudo teve uma metodologia de pesquisa do tipo pesquisa exploratória com a finalidade de obter a opinião de estudantes e de professores, possibilitando oportunidades de futuros estudos relacionados ao contexto. A pesquisa foi realizada com questionário para educandos e para professores da EJA no CEJA (Centro de educação de jovens e adultos) Jacó Anderle de Lages, a fim de identificar possíveis causas para a evasão escolar e buscar, na medida do possível estratégias de evitá-la na

referida escola.

Avaliou-se que a aplicação do questionário várias informações podiam ser obtidas, pois o público-alvo, sendo o educando ou o professor, vivencia cotidianamente a complexa problemática da evasão escolar.

O CEJA Jacó Anderle de Lages é uma instituição de ensino do estado de Santa Catarina que oferta Ensino Fundamental e Médio para atendimento de jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, apenados e jovens em conflito com a lei, fora da idade etária da escolaridade regular da conclusão e continuidade de estudos.

Atende o público no prédio central, localizado na Rua Correia Pinto, 295, no centro de Lages, e em unidades descentralizadas nos bairros, oferecendo o ensino médio nas seguintes escolas municipais: Centro de atenção integral a criança (CAIC) – Santa Catarina, Centro de atenção integral a criança (CAIC) – Aline Giovana Schmidt, Escola municipal de educação básica (EMEB) Osni de Medeiros Régis. Atende ainda nos Núcleos Avançados de Ensino Supletivo (NAES) em: São José do Cerrito, Otacílio Costa, Correia Pinto e Ponte Alta; e nas Unidades Descentralizadas (UD's) em: Bocaina do Sul, Palmeira, Capão Alto e Anita Garibaldi.

No prédio central, a escola atende nos períodos matutino, vespertino e noturno, onde possui 8 turmas de ensino fundamental em séries iniciais, sendo uma no período matutino, duas no vespertino e cinco no período noturno; no ensino fundamental em séries finais a escola dispõe de 53 turmas sendo 19 no matutino, 15 no vespertino e 18 no período noturno; e no ensino médio 122 turmas, com 26 no matutino, 17 no vespertino e 79 no noturno.

Em maio de 2014 a escola obteve um número total de 1458 alunos, sendo 227 alunos de ensino fundamental entre UD's e NAES, e 1231 alunos de ensino médio no CEJA, NAES, UD's, Centro de atendimento socioeducativo (CASE) e Presídio<sup>2</sup>. Houve uma evasão em torno de 40% dos alunos matriculados. No ano de 2013 foram matriculados 1870 alunos, totalizando taxa de evasão de 35%.

Apesar de apresentar um número significativo de estudantes, o levantamento de dados sobre as possíveis causas da evasão escolar limitou-se a um número de amostra de 20 alunos e 10 professores em vista das dificuldades de aplicação da ferramenta em virtude do processo de greve.

As perguntas feitas aos educandos foram sobre suas idades, sexo, o motivo que

---

<sup>2</sup> A escola atende o presídio, enviando professores para o atendimento aos internos, assim como no CASE (Centro de atendimento socioeducativo) sendo este para menores infratores também internos.

voltaram a estudar, se houve indicação da escola e de quem, se existiria alguma situação que lhes fariam parar de estudar e qual, e por fim, qual seria a área do conhecimento que mais gostavam de estudar. Pois na escola os problemas com a evasão escolar acontecem por diversas causas, e essa pesquisa pode influenciar nas possíveis alternativas de solucionar esses problemas, para encaminhar o desenvolvimento do processo educativo, pois os alunos questionados eram do ensino médio na modalidade de ensino de jovens e adultos, podendo então refletir sobre as causas da não permanência na escola.

Aos professores foram questionadas a área de conhecimento que atuavam e o que pensavam sobre ao que faria um aluno do CEJA Jacó Anderle de Lages desistir de estudar, e assim, tendo como consequência a reflexão nas atitudes de cada pessoa ao ser questionada pelos motivos dessa não permanência na escola.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os alunos do CEJA Jacó Anderle de Lages apresentam a necessidade de concluir seus estudos em nível de ensino médio mas priorizam, em sua maioria, fatores que condicionam sua vida fora da escola, pois já existem em suas vidas, outras preocupações além de sua formação intelectual, assim como a falta de clareza da necessidade da mesma, bem como do pouco conhecimento de seus direitos, que podem direcioná-los para seu desenvolvimento como ser social.

Contudo, percebeu-se a necessidade de questionar alunos e professores da escola para que, mesmo numa pequena amostra de pesquisados, seja possível obter a opinião das duas partes envolvidas no contexto desta escola.

A maioria das respostas dadas pelos alunos apresentaram aspectos que estão associados as suas vidas fora do ambiente escolar, pois a vida de um aluno adulto não se restringe somente à escola, onde a grande maioria trabalha ou busca o trabalho para seu sustento e de seus familiares. Mas muitas vezes esse mesmo aluno que sofre as cobranças da sociedade para que possa se desenvolver, sofre limitações nas oportunidades que poderia ter, sendo conduzido para uma decisão de retrocesso, e assim, afasta-se da escola diminuindo as perspectivas de crescimento que poderia ter.

As figuras a seguir apresentam respostas em porcentagem para as perguntas destacadas acima de cada gráfico.

A motivação dos alunos para retornarem aos bancos escolares está relacionada à busca de melhores condições no mercado de trabalho, ou seja, crescer no emprego.

Atribui-se maior valorização a esta motivação por parte dos alunos pelo fato de nossa sociedade, em especial o mercado de trabalho exigir cada vez mais formação da força de trabalho, contudo, as condições para este feito não acompanha este grau de exigência.

Na segunda motivação dos alunos, que é de concluir o ensino médio, situa-se no mesmo patamar da situação anterior, pois o trabalho fica evidente novamente. Qualquer concurso hoje, por exemplo, exige no mínimo, o ensino médio.

Por outro lado, observa-se que o mesmo mercado de trabalho não exige tanto tal formação como se observa a maior motivação dos alunos e, ao mesmo tempo ter sido a possível causa pela qual interromperia os estudos como revela a maioria das respostas dadas ao terceiro item – “situação que interromperia o estudo”. A resposta também aponta para a necessidade de se fazer um trabalho mais efetivo junto a sociedade no sentido de se consolidar a importância da educação formal como estratégia que possibilita a formação plena do indivíduo.

O fato de a grande maioria ter respondido no item 2 que a iniciativa de ter se matriculado no CEJA foi dele próprio é avaliado como positivo, pois revela relativo grau de consciência acerca da necessidade de se qualificar, de voltar a estudar.

As respostas dadas a questão da “área do conhecimento de preferência” é emblemática no sentido de revelar grande aproximação das respostas à área de humanas. Resposta esta, que não é comum se feita à juventude do ciclo normal escolar, e que merece outras investigações que não é objeto deste artigo.

As figuras abaixo apresentam essas respostas, em porcentagem, para respectivas perguntas. A figura 1 revela respostas dadas pelos alunos:



**Figura 1**

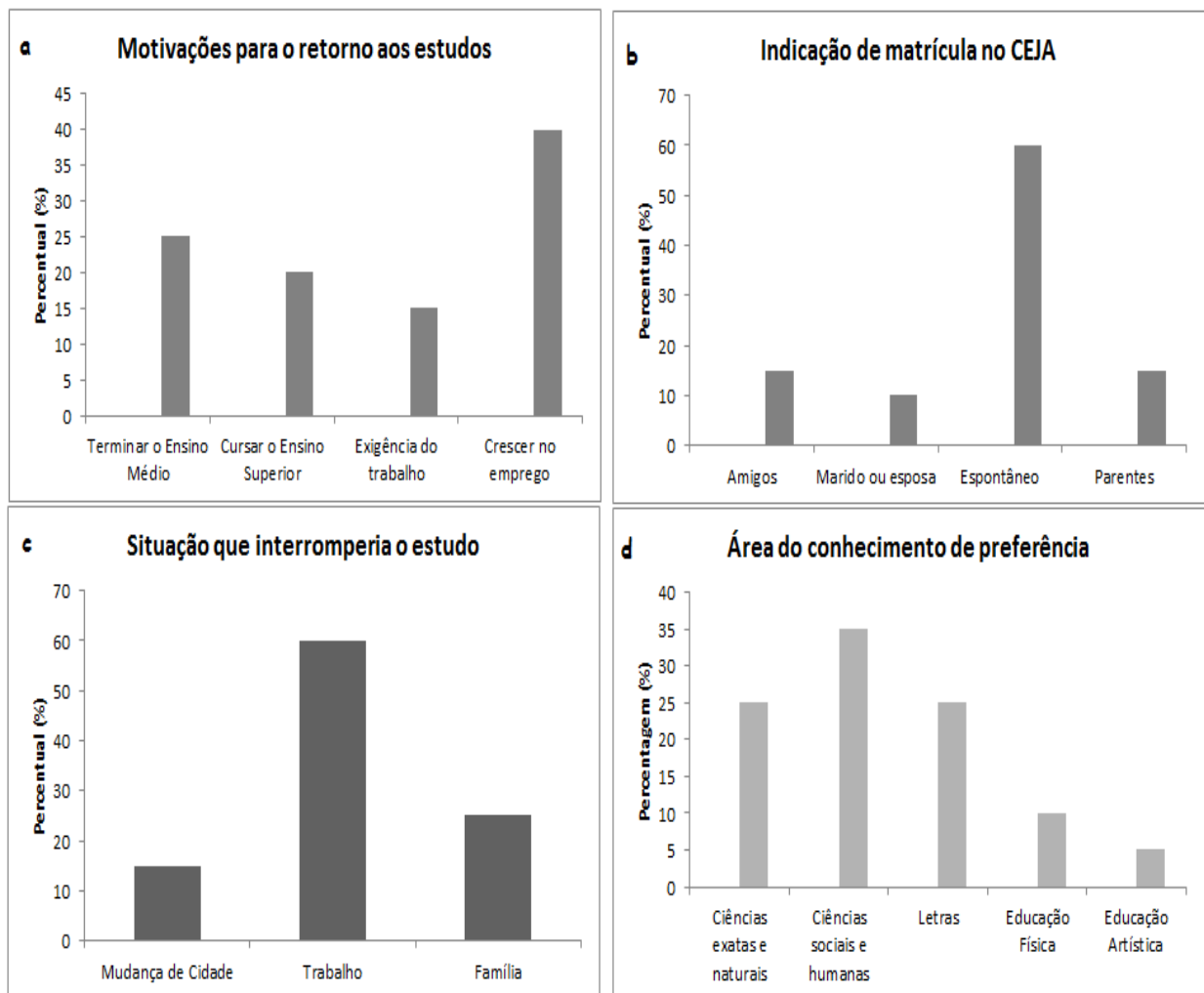


Figura 1: Resultado representado em percentagem (%) referente a questionário aplicado a 20 alunos. (a) refere-se aos motivos do retorno aos estudos; (b) refere-se a indicação dos entrevistados para efetivação da matrícula no CEJA; (c) refere-se às situações que levariam os entrevistados a interromper os estudos; (d) refere-se às áreas de conhecimento preferidas pelos entrevistados.

A figura 2 revela respostas dadas pelos professores, em sua maioria que atuam na área exata, acerca dos motivos que eles julgam levar os alunos a interromper seus estudos.

Prevaleceu a opinião de que a falta de perspectiva dos alunos seja o fator determinante, contudo, os alunos responderam que o trabalho seria o fator determinante para o possível abandono escolar.

Figura 2

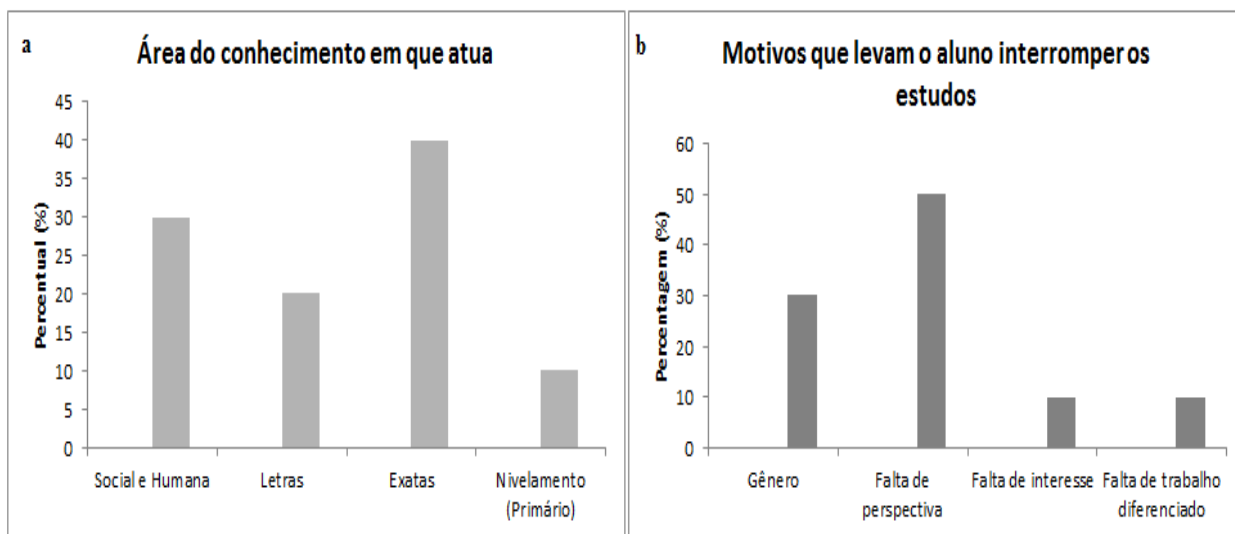


Figura 2: Resultado representado em percentagem (%) referente a questionário aplicado a 10 professores. (a) refere-se às áreas do conhecimento em que o profissional atua na EJA; (b) refere-se aos motivos em que os docentes acreditam que levam os alunos a interromper seus estudos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos é reflexo da falta de atenção das políticas públicas que surgiram a partir de governos efetivos ao longo da história do Brasil, o sujeito que faz parte dessa sociedade, de maneira ainda não consciente e clara, no decorrer de sua vida, precisa adquirir sua emancipação social, mas antes necessita da consciência na prioridade de sua emancipação intelectual.

Os princípios educativos, regidos por leis de nosso país, favorecem o desenvolvimento de todos que fazem parte desse convívio social, garantem os direitos, mas não conduzem a permanência para o exercício de sua cidadania e o contexto escolar sofre com esse reflexos gerados por políticas públicas mau conduzidas e descontínuas bem como a falta de interesse da sociedade em valorizar a escola e os benefícios que ela pode gerar aos indivíduos que dela fazem parte.

Os alunos, que por sua vez são conduzidos ao mercado de trabalho para a busca de sua sobrevivência, acabam por decidir ou escolher o que lhes tornam cada vez mais vulneráveis e conformados com a realidade que muitas vezes são condicionados, onde em sua maioria, acabam sendo injustas e conflitantes ao desenvolvimento.

Aos professores cabe a responsabilidade no fortalecimento das ideias e das atitudes de seus alunos para uma visão de desenvolvimento social e esclarecimento da necessidade de permanência na escola para que possa acontecer de maneira simples e

eficaz a busca do conhecimento científico.

A relevância na compreensão que torna-se necessária a mudança nas atitudes do contexto escolar, bem como de todo currículo que dela faz parte fica evidente, pois programas como o PROEJA, que unificam o currículo escolar com o profissionalizante, cooperam para o desenvolvimento das funções produtivas da sociedade moderna onde encontra-se inserido o aluno adulto que faz parte da EJA.

Com esse programa as áreas do conhecimento podem se desenvolver de maneira integrada e então esclarecer a proposta dos princípios educativos, podendo determinar a emancipação intelectual do aluno, onde este passa a adquirir maiores perspectivas de vida e desencadeia possibilidades de futuro desenvolvimento, reagindo as condições de vida que a sociedade muitas vezes lhe proporciona e que podem tornar o indivíduo um ser incapaz de exercer sua cidadania.

Na evolução e no êxito do sujeito envolvido na EJA e também em outros âmbitos do desenvolvimento humano, o PROEJA pode ser o caminho dessa ressignificação do ser, e pode ter como princípio o que se refere no seu Documento Base: “Um projeto como esse, requerido para o desenvolvimento nacional, precisa, em nível estratégico e tático, de uma política pública de educação profissional e tecnológica articulada com as demais políticas” (BRASIL,2007, p.32).

E então, havendo políticas públicas articuladas às instituições de ensino, poderão assim, condicionar o desenvolvimento humano social e conseqüentemente econômico, com possibilidades de gerar condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania aos sujeitos que identificam-se nas mais variadas posições sociais, mas que, além de tudo possuem características individuais e que necessitam de indicadores para que sejam conduzidos para melhorias no âmbito de seu contexto social, sendo o PROEJA a conexão do trabalho dentro de uma formação profissional e escolar.

## Referências

DEBIASIO, Flávia de Jesus Mendes. **Acesso, permanência e evasão nos cursos do PROEJA em instituições de ensino de Curitiba-PR.** Dissertação (Mestrado). Curitiba, 2010. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select...](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select...)

GADOTTI, Moacir. **Direito à Educação de Adultos.** Revista EJA em Debate, Instituto federal de SC, Florianópolis, 2013, p.13

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos.** São Paulo: Moderna: Fundação Santillano, 2014, p.22

GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco. **Processos Pedagógicos para Permanência e Êxito.** Especialização em PROEJA, IFSC, Florianópolis, 2014.

LIMA FILHO, D. L. **Em construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos.** Educação e Realidade. Porto Alegre, v.35, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Ensino Fundamental – PROEJA.** Documento Base. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.** Documento Base. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **LDB,** Brasília, 1997, p.2.

NOVA ESCOLA. **Balanco do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010.** Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/pne-plano-nacional-de-educacao-537431.shtml>. Acesso em 30 de abril de 2015.

SILVA, Adriano Larentes da. **A Seleção de Conteúdos para o Currículo Integrado.** Especialização em PROEJA, IFSC, Florianópolis, 2014, p.59.

### Dados da autora:

**Nome: Carla Patrícia de Souza Cardoso**

**Instituição: IFSC-LAGES, SC**

**Formação: Curso de licenciatura curta de Ciências de 1º grau / Curso de licenciatura de Química com habilitação em Física**

**Contatos: (049)32291265 ou (049)84315052.**